

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. ("GAEC" ou "Sociedade"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo ("BMF&BOVESPA S.A."), sob o código ANIM3 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- (a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- (b) Prestação de serviços de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais.
- (c) Organização de congressos, seminários, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão sumariadas na nota explicativa 2.3.

Em 2015 a controlada MGE passou a oferecer cursos na modalidade de Ensino a Distância (EAD) no âmbito nacional. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, esta modalidade possuía 15 polos.

Em 19 de dezembro de 2014, a Sociedade celebrou Contrato de Investimento e Outras Avenças, através do qual, em 01 de abril de 2015 adquiriria da Whitney Brazil Investments, LLC. ("Whitney University System") 100% das ações da Whitney do Brasil Holding Ltda e das empresas por ela controladas, que são mantenedoras da Universidade Veiga de Almeida ("UVA"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, e do Centro Universitário Jorge Amado ("UNIJORGE"), com sede na cidade de Salvador.

As relevantes mudanças no cenário econômico do País, especialmente no que diz respeito ao setor educacional que teve suas condições de atuação sensivelmente impactadas pelas recentes mudanças estruturais impostas pelo Governo Federal, afetaram, sobremaneira, as premissas e as perspectivas pelas quais foram negociadas as bases contratuais da operação.

Em virtude disto, em 22 de abril de 2015 a Sociedade e a Whitney University System decidiram, de pleno e comum acordo, distratar o Contrato de Investimento e Outras Avenças. Apesar do distrato, as partes decidiram promover um contrato de cooperação na área de ensino onde a *Whitney University System* licenciará à Sociedade e suas controladas os seus softwares de educação à distância e marketing, como também as controladas da Sociedade passarão a fazer parte da *Rede Ilumno*, mantida pela Whitney University System, a fim de suportar a internacionalização das Instituições de Ensino controladas pela Sociedade, proporcionando a oferta de produtos e serviços da *Rede Ilumno* aos nossos estudantes e professores.

Desta forma os pagamentos relacionados a estes eventos foram de R\$ 732 de despesas com consultores e assessores pagos no primeiro trimestre de 2015, R\$ 7.425 relativos a depósito caução pela exclusividade e confidencialidade das informações sobre negócio, depositados no ano anterior e, R\$ 46.233 pago na finalização da transação em 22 de abril de 2015. O primeiro valor foi reconhecido no resultado do primeiro trimestre de 2015 e os dois últimos foram reconhecidos no resultado do segundo trimestre, sendo que apenas o último valor tem efeito caixa no segundo trimestre de 2015.

A decisão está alinhada com a visão de longo prazo da Anima Educação que, atenta às mudanças externas, busca agir de forma a preservar valor a seus acionistas e dar continuidade a sua trajetória de compromisso com a alta qualidade em ensino e de transformação do país pela educação.

Reestruturação Societária

Em 01 de agosto de 2015, com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Sociedade, as controladas HSM Marcas, HSM Editora e Editora USJT foram incorporadas a custo histórico pelas controladoras HSM Brasil, PGP Educação e USJT, respectivamente.

Comparabilidade

As demonstrações do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não incluem os resultados das investidas USJT e Editora USJT, os quais foram considerados a partir de 1º de julho de 2014.

Caso esta combinação de negócio supracitada tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2014, as receitas consolidadas do Grupo referente as operações continuadas seriam R\$106.696 superiores ao valor apresentado na receita líquida desta consolidação e o lucro do período das operações continuadas seria maior em R\$ 23.007 (desconsiderando a despesa com a baixa de benfeitoria em imóvel de terceiros que ocorreu apenas para reestruturação das operações para a venda da USJT à GAEC no valor de R\$11.575, ressalvas advindas do parecer das demonstrações financeiras da USJT de 30 de junho de 2014 no valor de R\$6.596 e receita das aplicações financeiras no valor de R\$6.054). A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em períodos futuros.

Portanto, a leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controlada e consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Sociedade.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da aquisição.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas e indiretas:

Nome da controlada	Participação %	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas diretas</u>		
Minas Gerais Educação S.A. ("MGE")	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. ("IMEC")	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte")	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	100	100
BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação")	100	100
Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP")	99,99	99,99
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação") (*)	100	100
HSM Marcas Ltda. ("HSM Marcas")	-	100
HSM Editora S.A. ("HSM Editora")	-	100
AMC Serviços Educacionais Ltda. ("USJT")	100	100
Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda. ("Editora USJT")	-	100

(*) PGP Educação S.A. é a nova nomenclatura da antiga HSM Educação

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

A Sociedade apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, sua participação nas controladas usando o método de consolidação integral. As participações nos ativos, passivos e resultados da controlada são combinados com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas da Sociedade.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

- 3.1. Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.
- 3.2. Aplicações financeiras – São considerados como aplicações financeiras os valores mantidos em fundos de investimento de renda fixa e CDBs com remuneração atrelada ao CDI os quais a Sociedade não pretende aplicar em sua atividade operacional. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.

- 3.3. Contas a receber - Estão apresentados pelo valor nominal dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata *temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e pelo ajuste a valor presente calculado com base no saldo de contas a receber de longo prazo e relevantes de curto prazo.
- 3.4. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas MGE, IMEC, Unimonte e AMC calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

- 3.5. Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 12. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.
- 3.6. Imobilizado - Terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, veículos, biblioteca e videoteca, equipamentos de audiovisual estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 13.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- 3.7. Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº14. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

- 3.8. Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- 3.9. Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 30.
- 3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.
- 3.11. Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- 3.12. Custo de captação na emissão de títulos - os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.
- 3.13. Transações de capital - Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.
- 3.14. Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.
- 3.15. Remuneração baseada em ações - em outubro de 2013, foi instituído pela Sociedade e suas controladas plano de incentivo aos colaboradores para aquisição de ações durante o processo de abertura de capital da Sociedade e oferta inicial de ações. Após o período de 180 dias de carência, estabelecidos pelo programa Dativa, foram concedidas aos colaboradores participantes do programa - no limite de dois salários - uma quantidade equivalente a 20% das ações adquiridas e mantidas pelo colaborador. Ao final deste período a Sociedade não ofertou novo programa de bonificação com ações.
- 3.16. Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados.
- 3.17. Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas de prestação de serviços de ensino, de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os mesmos são entregues e a titularidade é transferida, ou seja, são transferidos os riscos e os benefícios relacionados à propriedade dos produtos. Os valores das receitas podem ser estimados

com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.

- 3.18. Receita e despesa financeiras - É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- 3.19. Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

- 3.20. Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

- 3.21. Redução ao valor recuperável (*impairment*) - No fim de cada período, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.22. Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

3.23. Demonstração de valor adicionado (“DVA”) - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.24. Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- **Passivos financeiros não derivativos:** Quando não especificados de outra forma, os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 31.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

- Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidas ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente. As operações de hedge são contabilizadas como hedge de fluxo de caixa.
- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

- Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- (ii) Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- (iii) É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- (ii) O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados pela Sociedade, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- (iii) O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 31.

- 3.25. Estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8); do imposto de renda e da contribuição social, diferidos (nota explicativa nº 11); da vida útil e avaliação de *impairment* dos bens do imobilizado e intangível (notas explicativas nº 13 e 14) e das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 22).

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) na estimativa do ágio, das marcas e do licenciamento: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, marcas e licença, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “*impairment test*”. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve perdas por deterioração do ágio, marcas e licença. Vide nota explicativa nº 14.
- Provisões para riscos tributárias, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. As provisões são calculadas considerando o valor provável para liquidação na data das informações financeiras trimestrais e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente. Vide nota explicativa nº 22.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 8.

- Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos:
 - (i) Impostos e contribuições correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Sociedade e suas controladas pelo regime do lucro real com base nas alíquotas e legislação vigente.
 - (ii) Impostos e contribuições diferidas: são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.
 - Diferidos ativos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quanto há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou possibilidade de utilização.
 - Diferidos passivos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias tributáveis.
- Revisão da vida útil: A Sociedade e suas controladas revisam anualmente a vida útil de seus ativos por considerar os efeitos imateriais.

A Sociedade e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.
- Ajuste a valor presente (AVP): A Administração da Sociedade e suas controladas avalia e reconhece quando necessário os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2015 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores reportados.

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes
Modificações à IAS 12	Reconhecimento de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais
Modificações à IAS 7	Fluxo de caixa
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação
IAS 38/CPC 04	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1. Aquisição da Universidade São Judas Tadeu

Em abril de 2014 a controlada MGE assinou contrato de aquisição de 100% das quotas das sociedades Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda. e AMC Serviços Educacionais Ltda sendo esta última mantenedora Universidade São Judas Tadeu (USJT), tradicional instituição de ensino situada na capital paulista com cerca de 25 mil alunos, em cursos presenciais de educação superior de graduação e pós-graduação. A transação efetivou-se em 1º de julho de 2014, após a aprovação do CADE (Conselho de Administração de Defesa Econômica).

5.2. Contrapartidas transferidas

As contrapartidas transferidas totalizaram R\$318.771, pagos da seguinte forma:

- (i) O valor de R\$256.000 foi pago na data do fechamento 1º de julho de 2014;
- (ii) O valor de R\$62.771 foi pago no dia 16 de setembro de 2014, após a conclusão da auditoria do balanço especial e parcial da AMC Serviços relativos ao período de 1º de janeiro de 2014 até o último dia do mês anterior à data do fechamento. Do total da segunda parcela, uma parte, limitado a R\$6.545, não foi paga diretamente aos vendedores, sendo depositada em uma conta garantia conjunta ("Escrow Account") aberta em nome da compradora, para garantir as contingências.

5.3. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor de Livros	Ajustes de Aquisição	Valor Justo
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.623	-	4.623
Outros ativos circulantes	36.804	-	36.804
Outros ativos não circulantes	1.711	-	1.711
Imobilizado	14.265	-	14.265
Intangível	344	109.100	109.444
<u>Passivos</u>			
Outros passivos circulantes	18.892	-	18.892
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	3.629	-	3.629
Ativos líquidos adquiridos	<u>35.226</u>	<u>109.100</u>	<u>144.326</u>

5.4. Ágio gerado na aquisição

	30/06/2014
	Valor adquirido
Contrapartida transferida	318.771
(-) Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(144.326)
Ágio gerado na aquisição	<u>174.445</u>

Foi gerado agio na aquisição da USJT e de sua controlada, pois a contra partida paga pelo negócio efetivamente incluiu valores relativos ao benefício das sinergias esperadas, crescimento futuro esperado das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra, bem como potenciais benefícios fiscais decorrentes de reestruturação societária. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.5. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	30/06/2014
Contrapartidas pagas em caixa	318.771
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(4.623)
Desembolso líquido de caixa	<u>314.148</u>

6. REAPRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para melhor apresentação de nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, reclassificamos os valores de deduções e devoluções da linha de materiais, energias, serviços e outros para a linha de receita de serviços prestados, da demonstração do valor adicionado para o exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2014.

		Anteriormente apresentado		Reapresentado
	Item	31/12/2014	Ajuste	31/12/2014
RECEITA				
Receita de serviços prestados	25	906.357	(194.546)	711.811
Outras receitas		15.793	-	15.793
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(18.733)	-	(18.733)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados		(8.516)	-	(8.516)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(330.701)	194.546	(136.155)
VALOR ADICIONADO BRUTO		564.200	-	564.200

7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	34	1.287	1.772	2.318
Aplicações financeiras - Operações	1.377	2.017	23.708	13.549
Total do caixa e equivalentes de caixa	1.411	3.304	25.480	15.867
Aplicações financeiras - Investimento	153.482	35.185	159.058	119.993
Total das aplicações financeiras	153.482	35.185	159.058	119.993

As aplicações financeiras são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade entre 90,0% a 98,5% do CDI, variando conforme o prazo de permanência dos recursos em conta e por fundos de investimentos exclusivos para empresas do Grupo Anima, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 100,14% e 101,00% do CDI, todos de liquidez imediata.

8. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
FIES - Financiamento Estudantil (a)	219.293	87.260
Mensalidades a receber (b)	121.480	89.984
Títulos em cobrança (c)	20.550	18.128
Eventos (d)	3.026	3.534
Pronatec Bolsa-Formação (e)	427	4.626
Aluguéis, serviços e outros	3.874	5.856
Total	368.650	209.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Demais contas a receber (f)	(67.428)	(43.130)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (g)	(11.970)	(9.071)
Total	(79.398)	(52.201)
Total geral contas a receber	289.252	157.187
Ativo circulante	165.855	155.597
Ativo não circulante	123.397	1.590

A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

- (a) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil ainda não recebidas, líquidas do ajuste a valor presente. O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo Fundo. O saldo do contas a receber apresentou crescimento em 31 de dezembro de 2015, quando comparado a 31 de dezembro de 2014, explicado pelos novos cronogramas de pagamento emitidos ao final de 2014 e detalhado no site do SISFIES, nos quais os repasses de 2015 tiveram seus prazos alongados para as instituições de ensino com mais de 20 mil alunos inscritos no FIES. Em 29 de dezembro de 2015 a Sociedade e suas controladas, por meio da ABRAES (Associação Brasileira para o desenvolvimento da Educação Superior), firmou acordo judicial onde MEC (Ministério da Educação) e FNDE assumiram o compromisso quitar integralmente o saldo remanescente devido para as controladas da Sociedade em três parcelas corrigidas monetariamente por índice de inflação: 25% do saldo até 30 de junho de 2016, 25% do saldo até 30 de junho de 2017 e 50% do saldo até 30 de junho de 2018. Em tal acordo o MEC e FNDE também garantiram voltar a adotar o mesmo cronograma de repasse mensal a todas as Instituições de Ensino, independentemente da quantidade de alunos inscritos no FIES. O ajuste a valor presente foi calculado sobre o saldo de contas a receber que compõe o acordo celebrado, cujos valores a vencer foram trazidos a valor presente à taxa de 3,2% a.a. (livre de risco) e reconhecidos nesta data. O efeito líquido de tal ajuste no resultado da Sociedade foi de R\$ 7.808 conforme demonstrado na Nota 25 e será revertido de forma proporcional aos saldos e datas de pagamento acordadas.
- (b) Referem-se a mensalidades emitidas, porém ainda não recebidas, mensalidades que inicialmente haviam sido registradas como FIES no ano de 2014 e anteriores, mas cujos contratos não foram aditados pelos alunos junto ao FNDE e que foram reclassificados para esta conta e cobrados diretamente dos alunos, além de acordos firmados com estudantes com referência a mensalidades vencidas.
- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária, pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito, e no caso da controlada USJT, por meio de boletos. Nesta conta, figuram também cheques devolvidos que são enviados para empresa de cobrança terceirizada.
- (d) Referem-se a promoção e organização de congressos, seminários, festivais e demais eventos culturais, nacionais e internacionais.
- (e) Referem-se as mensalidades a receber do bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos técnicos e facilitar o acesso à educação profissionalizante para quem já concluiu o ensino médio.
- (f) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. Para o exercício findo em

31 de dezembro de 2015, a Administração da Sociedade elevou os percentuais de provisão para perda sobre as mensalidades de graduação, e sobre as mensalidades dos alunos que não obtiveram aditamento do programa FIES. A alteração dos percentuais reflete o aumento dos prazos de recebimento e a piora no ambiente macroeconômico do país.

- (g) A Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. As controladas da Sociedade são responsáveis por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE, de acordo com a modalidade de contrato e a data em que foram celebrados. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, as entidades contribuem com 7% da receita para os contratos assinados até 3 de abril de 2012 e de 6,25% para os contratos assinados após esta data para a constituição de tal fundo garantidor que arcará com 90% da inadimplência que ocorrer e a Sociedade arcará com 15% sobre os restantes 10% de inadimplência. Para os contratos antigos e não garantidos pelo FGEDUC, a Sociedade é responsável por 15% do total de uma eventual inadimplência do aluno e o FNDE responsável pelo restante. Desta forma, a provisão para devedores duvidosos sobre o FIES é constituída sobre os montantes não cobertos pelo FGEDUC, tanto o total dos contratos antigos e sem FGEDUC quanto os 10% não cobertos pelos contratos com FGEDUC. A provisão é equivalente a 2% do valor financiado de FIES não garantido pelo FGEDUC, o que é considerado suficiente pela administração da Sociedade e de suas controladas para fazer frente a fração de 15% da inadimplência pela qual as entidades são responsáveis. Esta conta de provisão não contém saldos relativos ao FGEDUC, os quais são reduzidos diretamente do contas a receber como contrapartida das despesas citadas acima para constituição do Fundo (R\$18.786 em 31 de dezembro de 2015 e R\$14.436 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada por faixa de vencimento utilizados em nossa política:

	Consolidado				
	31/12/2015				
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de atraso	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	165.944	-	-	165.944	57,37%
Vencido	53.349	-	-	53.349	18,43%
Perda de crédito FIES (g)	-	(11.970)	-	(11.970)	(4,14%)
PRONATEC	427	-	-	427	0,15%
A vencer	27.255	(3.729)	13,68%	23.526	8,13%
Vencidos:					
Até 180 dias	53.996	(13.145)	24,34%	40.851	14,12%
De 181 a 360 dias	40.798	(26.423)	64,77%	14.375	4,97%
De 361 a 720 dias	26.881	(24.131)	89,77%	2.750	0,95%
Total	368.650	(79.398)	21,54%	289.252	100%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

	Consolidado				
	31/12/2014				
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de atraso	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	75.501	-	-	75.501	48,03%
Vencido	11.759	-	-	11.759	7,48%
Perda de crédito FIES (g)	-	(9.071)	-	(9.071)	(5,77%)
PRONATEC	4.626	-	-	4.626	2,94%
A vencer	24.887	(1.774)	7,13%	23.113	14,71%
Vencidos:					
Até 180 dias	43.479	(4.382)	10,08%	39.097	24,87%
De 181 a 360 dias	20.357	(13.641)	67,01%	6.716	4,27%
De 361 a 720 dias	28.779	(23.333)	81,08%	5.446	3,47%
Total	<u>209.388</u>	<u>(52.201)</u>	<u>24,93%</u>	<u>157.187</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do período	52.201	28.638
Saldo acervo da Universidade São Judas Tadeu	-	18.847
Provisão crédito liquidação duvidosa do período (i)	38.352	18.733
Títulos baixados no período (ii)	(13.121)	(14.017)
Títulos recuperados no período (iii)	1.966	-
Saldo final	<u>79.398</u>	<u>52.201</u>

(i) Refere-se a adições à provisão para créditos de liquidação duvidosa do período;

(ii) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

(iii) Refere-se a títulos baixados e que foram recuperados.

9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores (a)	357	6.279	11.872	16.112
Funcionários - férias	314	177	9.475	10.755
Outros	-	-	637	494
Total	<u>671</u>	<u>6.456</u>	<u>21.984</u>	<u>27.361</u>
Ativo circulante	671	6.456	19.001	25.089
Ativo não circulante	-	-	2.983	2.272

(a) Refere-se principalmente a adiantamento de aluguel de campus e aquisição de benefício aos funcionários como vale-transporte e planos de saúde.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRRF (a)	5.446	5.028	9.196	10.495
Antecipação de IRPJ (b)	-	1.234	2.646	3.169
Antecipação de CSLL (b)	-	447	928	714
PIS/COFINS/CSLL	169	189	2.240	2.411
Outros	4	-	803	759
Total	<u>5.619</u>	<u>6.898</u>	<u>15.813</u>	<u>17.548</u>
Ativo circulante	2.029	6.898	8.288	13.054
Ativo não circulante	3.590	-	7.525	4.494

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retidos sobre as aplicações financeiras.

(b) Referem-se principalmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social calculado com base no lucro real das controladas da Sociedade. A controlada UNA possui valores a compensar relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2000 e 2001 que foram incluídos no parcelamento do REFIS IV (Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09) que foi quitado e para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil). A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, no montante de R\$101.810 (R\$24.859 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$199.569 (R\$97.117 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos. A constituição dos ativos diferidos somente ocorre quando houver segurança razoável da realização destes créditos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi constituído o montante de R\$ 3.788 de crédito tributário e utilizado para quitação de litígios (vide nota explicativa nº 22).

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil dos imóveis reavaliados em 2007 e da apropriação de mais valia do ativo em combinação de negócio realizada em 2009, e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens.

- (ii) Impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil e o valor justo dos intangíveis alocados na combinação de negócios na aquisição da HSM do Brasil e PGP Educação, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi como segue:

	Consolidado		
	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
	31/12/2014	Efeito no Resultado	31/12/2015
Imposto de renda	11.330	(66)	11.264
Contribuição social	4.080	(24)	4.056
Total	15.410	(90)	15.320

11.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) antes de IR e CS	60.415	155.794	58.469	138.064
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(20.541)	(52.970)	(19.879)	(46.942)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	46.901	52.952	-	-
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício PROUNI (a)	-	-	58.500	49.656
Concessão de ações a funcionários (RTT)	-	755	-	755
Créditos tributários não constituídos	(26.330)	(109)	(31.094)	(2.519)
Créditos tributários constituídos de exercícios anteriores (b)	3.788	9.103	3.788	22.800
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	1
Outras adições e exclusões	(30)	(628)	(5.581)	(2.721)
Imposto de renda e contribuição social calculado	3.788	9.103	5.734	21.030
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	1.856	(1.882)
IR e CS diferido no resultado do exercício				
Ativo diferido	3.788	9.103	3.878	22.800
Passivo diferido	-	-	-	112
Alíquota efetiva de IR e CS	(6,27%)	(5,84%)	(9,81%)	(15,23%)

- (a) Estes valores correspondem à isenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido em virtude das controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT terem aderido ao PROUNI. Veja mais detalhes na nota explicativa nº 24.
- (b) A Sociedade constitui crédito tributário diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CPLL, que foram utilizados para quitação de litígios existentes junto ao INSS. Veja mais detalhes na nota explicativa nº 22.

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			Controladora		
	31/12/2015			31/12/2014		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Ativo:						
IMEC	81.199	75.961	100%	48.476	71.816	100%
MGE	447.822	81.724	100%	378.403	77.177	100%
BR Educação Executiva	47.610	(13.798)	100%	42.283	(6.719)	100%
Unimonte	42.648	(5.829)	100%	33.010	13.464	100%
PGP	7	(70)	99,99%	1	-	99,99%
VC Network	70	5	100%	65	4	100%
Valor justo alocado	52.303	(49)		52.352	-	
Ágio (goodwill)	45.326	-		45.326	-	
Total	<u>716.985</u>	<u>137.944</u>		<u>599.916</u>	<u>155.742</u>	

Informações sobre as controladas diretas:

Minas Gerais Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a administração de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objeto criar e manter estabelecimento de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação.

Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Santos, estado de São Paulo, que tem como objeto social a administração de atividades de instituição de ensino de terceiros e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisa, consultoria e assessoria a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

VC Network Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de ensino de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamentos, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura e no momento não tem atividades.

BR Educação Executiva S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que tem como objetivo a administração de instituições de ensino e auxílio as atividades de apoio à educação.

Posse Gestão Patrimonial S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de ensino de terceiro e quarto graus, educação profissional, cursos de extensão, treinamentos, cursos preparatórios, cursos a distância, filmagem e edição de conteúdos, e também a participação em outras entidades.

Informações sobre as controladas indiretas:

UNA Gestão Patrimonial S.A. - Subsidiária integral da controlada MGE, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam.

HSM do Brasil S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição e impressão de livros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

PGP Educação S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo que tem como objetivo ofertar cursos de educação superior (extensão e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial.

HSM Marcas Ltda. - Sociedade com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que visa a gestão de ativos intangíveis não-financeiros, a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação). Esta controlada foi objeto de reorganização societária em agosto de 2015, onde foi incorporada por sua controladora HSM Brasil S.A..

HSM Editora S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição de livros, o comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros. Esta controlada foi objeto de reorganização societária em agosto de 2015, onde foi incorporada por sua controladora PGP Educação S.A..

AMC Serviços Educacionais Ltda. - Sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que tem por objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, atividades de treinamento, pesquisa, consultorias e assessorias, cursos de extensão, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural.

Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda. - Sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que tem por objetivo a edição, editoração, produção e a comercialização de livros, revistas, periódicos, vídeos, filmes, programas de TV e materiais escolares em geral; montagem e elaboração de cursos técnicos, realização de simpósios, congressos e eventos, bem como a participação em outras sociedades. Esta controlada foi objeto de reorganização societária em agosto de 2015, onde foi incorporada por sua controladora AMC Serviços Educacionais Ltda..

	Quantidade de ações/cotas totais e possuídas	
	31/12/2015	31/12/2014
Controladas diretas:		
IMEC	7.717.479	5.768.479
MGE	4.036.199	3.618.199
VC Network	4.023.145	4.023.145
Unimonte	91.928.323	77.140.323
BR Educação	119.400.000	117.500.000
PGP	255.774	255.774 (*)
Controladas indiretas:		
Una Gestão Patrimonial	32.564	32.564
HSM Brasil	2.452.360	2.404.860
PGP Educação	214.360	214.292
HSM Marcas	-	5.119.134
HSM Editora	-	26.708.247
USJT	232.228	112.228
Editora USJT	-	280.000

(*) Quantidade total de ações da PGP são 255.784

As demonstrações financeiras das controladas estão demonstradas a seguir:

	31/12/2015					
	IMEC	MGE (**)	VC Network	Unimonte	PGP	BR Educação (**)
Balanço patrimonial						
Ativo circulante	80.994	122.511	70	10.998	-	10.866
Ativo não circulante	93.176	449.494	-	49.412	7	82.290
Passivo circulante	55.792	94.433	-	7.341	-	10.705
Passivo não circulante	37.179	29.750	-	10.421	-	14.097
Patrimônio líquido	81.199	447.822	70	42.648	7	68.354 (*)
Resultado						
Receita líquida	243.704	530.809	-	49.628	-	32.479
Custo de serviços prestados	(123.428)	(317.404)	-	(30.408)	-	(21.376)
Despesas operacionais	(48.425)	(131.905)	(1)	(23.186)	(70)	(23.906)
Resultado financeiro	4.110	(1.632)	7	(1.902)	-	(1.046)
IR/CS diferido/corrente	-	1.856	(1)	39	-	51
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>75.961</u>	<u>81.724</u>	<u>5</u>	<u>(5.829)</u>	<u>(70)</u>	<u>(13.798)</u>

31/12/2014						
	IMEC	MGE (**)	VC Network	Unimonte	PGP	BR Educação (**)
Balanco Patrimonial						
Ativo circulante	108.902	155.026	65	9.951	1	10.864
Ativo não circulante	34.276	359.392	-	45.099	-	83.603
Passivo circulante	47.895	86.790	-	8.448	-	14.034
Passivo não circulante	46.807	49.225	-	13.592	-	17.406
Patrimônio Líquido	48.476	378.403	65	33.010	1	63.027 (*)
Resultado						
Receita Líquida	217.539	384.174	-	46.075	-	46.205
Custo de serviços prestados	(103.595)	(217.036)	-	(26.305)	-	(24.359)
Despesas operacionais	(48.167)	(91.452)	(2)	(15.735)	-	(32.138)
Resultado financeiro	6.039	2.638	6	(3.597)	-	(2.279)
IR/CS diferido	-	(1.147)	-	13.026	-	49
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	5.803
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>71.816</u>	<u>77.177</u>	<u>4</u>	<u>13.464</u>	<u>-</u>	<u>(6.719)</u>

(*) O saldo do patrimônio líquido da BR Educação, contempla o ágio alocado no valor de R\$20.744, demonstrado abaixo no quadro de movimentação do investimento da controladora na coluna de valor justo alocado.

(**) Para melhor apresentação, estamos considerando os valores das demonstrações financeiras da controlada direta MGE de forma consolidada com suas subsidiárias USJT, Editora USJT e Una Gestão Patrimonial e da controlada direta BR Educação de forma consolidada com suas subsidiárias HSM Brasil, PGP Educação, HSM Marcas e HSM Editora.

	Controladora										
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	PGP	BR Educação	Obrigações por aquisição	Outros	Valor justo alocado	Ágio	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	21.500	44.024	61	335	-	19.394	40.000	10	34.784	51.868	211.976
Aquisição de participação	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital	949	317.230	-	19.208	-	51.975	-	-	-	-	389.362
Resultado de equivalência patrimonial	71.816	77.177	4	13.464	-	(6.719)	-	-	-	-	155.742
Reserva de capital	11	48	-	3	-	11	-	-	-	-	73
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Ágio em transação de capital	-	-	-	-	-	(22.378)	-	-	10.340	-	(12.038)
Baixa obrigação por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	(39.213)	-	-	-	(39.213)
Realocação de ágio e valor justo	-	-	-	-	-	-	(787)	-	7.329	(6.542)	-
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	(101)	-	(101)
Distribuição de dividendos	(45.800)	(60.076)	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.876)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	48.476	378.403	65	33.010	1	42.283	-	-	52.352	45.326	599.916
Aumento de capital	13.005	40.050	-	15.467	76	19.125	-	-	-	-	87.723
Resultado de equivalência patrimonial	75.961	81.724	5	(5.829)	(70)	(13.798)	-	-	(49)	-	137.944
Distribuição de dividendos	(56.243)	(52.355)	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.598)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	81.199	447.822	70	42.648	7	47.610	-	-	52.303	45.326	716.985

13. IMOBILIZADO

		Controladora			
		31/12/2015			31/12/2014
Taxas		Custo de	Depreciação	Imobilizado	Imobilizado
anuais de		aquisição	acumulada	Líquido	líquido
depreciação					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.655	(221)	1.434	643
Instalações	10%	36	(8)	28	31
Máquinas e equipamentos	10%	420	(99)	321	202
Móveis e utensílios	10%	824	(241)	583	485
Computadores e periféricos	20%	2.562	(1.180)	1.382	931
Veículos	20%	63	(48)	15	28
Equipamentos de audiovisual	20%	305	(167)	138	191
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	302
Total		5.865	(1.964)	3.901	2.813

		Consolidado			
		31/12/2015			31/12/2014
Taxas		Custo de	Depreciação	Imobilizado	Imobilizado
anuais de		aquisição	acumulada	líquido	líquido
depreciação					
Terrenos	-	13.110	-	13.110	13.110
Edificações	1,82%	14.154	(1.499)	12.655	12.821
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	73.933	(18.482)	55.451	39.492
Instalações	10%	10.391	(6.946)	3.445	4.100
Máquinas e equipamentos	10%	46.394	(26.163)	20.231	15.618
Móveis e utensílios	10%	34.345	(21.245)	13.100	11.725
Computadores e periféricos	20%	33.075	(22.565)	10.510	8.819
Veículos	20%	248	(231)	17	37
Biblioteca e videoteca	10%	28.742	(14.717)	14.025	11.869
Equipamentos de audiovisual	20%	5.612	(4.244)	1.368	1.529
Equipamentos e material de lab.	10%	2.261	(215)	2.046	330
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	2.127
Total		262.265	(116.307)	145.958	121.577

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldo liquido em					Saldo liquido em
	31/12/2014	Adições	Baixa	Depreciações	Transferência	31/12/2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros	643	1	-	(87)	877	1.434
Instalações	31	-	-	(3)	-	28
Máquinas e equipamentos	202	196	(2)	(31)	(44)	321
Móveis e utensílios	485	169	(4)	(69)	2	583
Computadores e periféricos	931	752	(45)	(389)	133	1.382
Veículos	28	-	-	(13)	-	15
Equipamentos de audiovisual	191	7	(1)	(59)	-	138
Imobilizado em andamento	302	813	-	-	(1.115)	-
Total	2.813	1.938	(52)	(651)	(147)	3.901

	Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2013	Adições	Baixa	Depreciações	Transferências (*)	Saldo líquido em 31/12/2014
Benfeitorias em imóveis de terceiros	462	-	-	(63)	244	643
Instalações	20	14	-	(3)	-	31
Máquinas e equipamentos	159	66	-	(23)	-	202
Móveis e utensílios	375	167	-	(57)	-	485
Computadores e periféricos	651	618	(2)	(336)	-	931
Veículos	41	-	-	(13)	-	28
Equipamentos de audiovisual	212	38	(3)	(56)	-	191
Imobilizado em andamento	284	509	-	-	(491)	302
Total	2.204	1.412	(5)	(551)	(247)	2.813

(*) Parte das transferências foi realizada para a rubrica intangível para melhor apresentação dos saldos.

	Consolidado					Saldo líquido em 31/12/2015
	Saldo líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transf.	
Terrenos	13.110	-	-	-	-	13.110
Edificações	12.821	-	-	(166)	-	12.655
Benfeitorias em imóveis de terceiros	39.492	3	(19)	(5.591)	21.566	55.451
Instalações	4.100	226	(4)	(877)	-	3.445
Máquinas e equipamentos	15.618	7.656	(107)	(2.975)	39	20.231
Móveis e utensílios	11.725	3.966	(594)	(2.063)	66	13.100
Computadores e periféricos	8.819	5.080	(67)	(3.453)	131	10.510
Veículos	37	-	-	(20)	-	17
Biblioteca e videoteca	11.869	4.183	-	(2.041)	14	14.025
Equipamentos de audiovisual	1.529	314	(1)	(474)	-	1.368
Equipamento e material de lab.	330	1.800	-	(96)	12	2.046
Imobilizado em andamento	2.127	20.471	(20)	-	(22.578)	-
Total	121.577	43.699	(812)	(17.756)	(750)	145.958

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2014
	Saldo líquido em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf. (ii)	Combinação de negócios (iii)	Depreciações	
Terrenos	13.110	-	-	-	-	-	13.110
Edificações	13.084	-	-	-	-	(263)	12.821
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	27.468	-	(2.419)	19.002	-	(4.559)	39.492
Instalações	2.584	130	(9)	8	2.061	(674)	4.100
Máquinas e equipamentos	7.660	4.326	(21)	3	5.623	(1.973)	15.618
Móveis e utensílios	6.748	3.560	(281)	51	3.222	(1.575)	11.725
Computadores e periféricos	5.609	4.587	(266)	3	1.440	(2.554)	8.819
Veículos	54	-	-	-	8	(25)	37
Biblioteca e videoteca	7.669	3.706	-	37	1.888	(1.431)	11.869
Equipamentos de audiovisual	1.387	647	(3)	4	-	(506)	1.529
Material didático	-	315	-	-	23	(8)	330
Imobilizado em andamento	3.350	18.716	(53)	(19.886)	-	-	2.127
Total	88.723	35.987	(3.052)	(778)	14.265	(13.568)	121.577

- (i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se principalmente à melhorias nos Campi desenvolvidos pelas empresas MGE, IMEC, Unimonte e USJT com intuito de ampliar as estruturas e maior conforto aos alunos.
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente aos desembolsos efetuados pelas Controladas da Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino, que após a conclusão das obras são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação. O saldo remanescente de R\$788 foi transferido para a rubrica de intangível para melhor apresentação dos saldos.
- (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da USJT.

13.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$25.765 (R\$21.025 em 31 de dezembro de 2014) em tais processos.

As máquinas e equipamentos adquiridos através de Finame contratado junto ao Banco do Brasil, com valor contábil de aproximadamente R\$432 (R\$494 em 31 de dezembro de 2014) foram cedidos em garantia para estes empréstimos a título de hipoteca. A Sociedade não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos ou vende-los a outra empresa.

14. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	Controladora			
		31/12/2015			31/12/2014
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares (a)	20%	17.039	(4.907)	12.132	5.914
Total		17.039	(4.907)	12.132	5.914

	Taxas anuais de amortização	Consolidado			
		31/12/2015			31/12/2014
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares	20%	33.034	(16.925)	16.109	9.162
Carteira de clientes (a)	25% a 33%	26.199	(13.815)	12.384	18.673
Direitos autorais	10%	20	(18)	2	2
<i>Mailing list</i>	38%	533	(533)	-	31
Taxonomia	20%	880	(616)	264	440
Marcas e patentes (b)		121.956	-	121.956	121.371
Desenvolvimento de conteúdo EAD	33%	3.007	(360)	2.647	-
Licença (d)		54.600	-	54.600	54.600
Ágio (c)		244.642	-	244.642	244.768
Total		484.871	(32.267)	452.604	449.047

- (a) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição das manutenções do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, da USJT e na aquisição da manutenção da UNA Betim.
- (b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas “UNA”, “UNI-BH”, “HSM” e “USJT”, para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas. A projeção indefinida no fluxo de caixa do ativo o classifica como ativo intangível não amortizado.
- (c) Refere-se à parte do ágio pago na aquisição da manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, e aquisição da BR Educação Executiva S.A, que inclui a HSM do Brasil e PGP Educação e a aquisição da AMC Serviços Educacionais Ltda que possui a manutenção da Universidade São Judas Tadeu, que não foram alocados em ativos identificados, conforme laudos de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09 (R2), o ágio registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (d) Refere-se a parte de licenças pago na aquisição da USJT, para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção através de suas investidas. Por ser altamente renovável e de baixo custo as licenças estão classificadas como ativo intangível não amortizado.

A movimentação da controladora é:

	Controladora						Saldo líquido em 31/12/2015
	Saldo líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Transferência parte relacionada (i)	
Softwares	5.914	8.234	(50)	(2.445)	147	332	12.132
Total	5.914	8.234	(50)	(2.445)	147	332	12.132

(i) Venda de software da MGE e IMEC para a GAEC pagos por compensação de débitos entre controladas e controladora.

	Controladora				Saldo líquido em 31/12/2014
	Saldo líquido em 31/12/2013	Adições	Transferência (i)	Amortização	
Softwares	2.523	4.397	247	(1.253)	5.914
Total	2.523	4.397	247	(1.253)	5.914

(i) Transferência realizada da rubrica imobilizado para melhor apresentação dos saldos.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do consolidado:

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2015
	Saldo líquido em 31/12/2014	Adições	Baixa	Transferência	Reclassificação	Amortização	
Softwares	9.162	9.983	(77)	745	-	(3.704)	16.109
Carteira de clientes	18.673	-	-	-	15	(6.304)	12.384
Direitos autorais	2	2	-	-	-	(2)	2
<i>Mailing list</i>	31	-	-	-	111	(142)	-
Taxonomia	440	-	-	-	-	(176)	264
Marcas e patentes	121.371	3	-	-	-	582	121.956
Desenvolvimento de conteúdo EAD	-	3.002	-	5	-	(360)	2.647
Licença	54.600	-	-	-	-	-	54.600
Ágio	244.768	-	-	-	(126)	-	244.642
Total	449.047	12.990	(77)	750	-	(10.106)	452.604

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2014
	Saldo líquido em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências (i)	Combinação de negócios (ii)	Ágio na aquisição de empresas	Amortização	
Softwares	5.315	5.662	(423)	676	344	-	(2.412)	9.162
Carteira de clientes	2.933	-	-	-	-	19.600	(3.860)	18.673
Direitos autorais	4	-	-	-	-	-	(2)	2
Material didático	4.471	-	(3.454)	(774)	-	-	(243)	-
<i>Mailing list</i>	342	-	-	-	-	-	(311)	31
Taxonomia	616	-	-	-	-	-	(176)	440
Marcas e patentes	86.177	-	-	876	-	34.900	(582)	121.371
Licença	-	-	-	-	-	54.600	-	54.600
Goodwill	70.323	-	-	-	-	174.445	-	244.768
Total	170.181	5.662	(3.877)	778	344	283.545	(7.586)	449.047

- (i) Transferências realizadas da rubrica de imobilizado em andamento para melhor apresentação dos saldos.
- (ii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios na nota explicativa nº 5.3.

14.1. Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2015				
	IMEC	USJT	HSM	Outras	Total
Intangíveis amortizáveis:					
Carteira de Clientes	-	12.250	18	116	12.384
Total	-	12.250	18	116	12.384
Intangíveis não amortizáveis:					
Marcas e Patentes	24.380	34.900	59.872	2.804	121.956
Licença	-	54.600	-	-	54.600
Ágio	29.825	174.445	40.370	2	244.642
Total	54.205	263.945	100.242	2.806	421.198
Total Geral	54.205	276.195	100.260	2.922	433.582

	Consolidado				
	31/12/2014				
	IMEC	USJT	HSM	Outras	Total
Intangíveis amortizáveis:					
Carteira de Clientes	-	17.150	10	1.513	18.673
<i>Mailing List</i>	-	-	31	-	31
Total	-	17.150	41	1.513	18.704
Intangíveis não amortizáveis:					
Marcas e Patentes	24.380	34.318	59.873	2.800	121.371
Licença	-	54.600	-	-	54.600
Ágio	29.825	174.445	40.496	2	244.768
Total	54.205	263.363	100.369	2.802	420.739
Total Geral	54.205	280.513	100.410	4.315	439.443

14.2. Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio, licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o seguimento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Educação	320.956	320.370
Vertical de gestão	100.242	100.369
	<u>421.198</u>	<u>420.739</u>

Em 31 de dezembro de 2015, ágio, marcas e licença foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando às UGCs pela Sociedade, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera uma média de seis anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento médio de 4% ao ano. A taxa média de desconto considerada para os testes de *impairment* foi de 17% ao ano (Selic e inflação projetada).

15. FORNECEDORES

Composto substancialmente por alugueis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. O saldo em aberto na controladora e consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é, respectivamente, de R\$3.315 (R\$2.044 em 31 de dezembro de 2014) e R\$19.606 (R\$16.557 em 31 de dezembro de 2014).

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
HSBC - Capital de giro	4.356	5.364	9.720	4.316	9.710	14.026
Santander - Capital de giro	4.515	28.719	33.234	3.957	29.350	33.307
Caixa Geral - Capital de giro	2.517	3.125	5.642	2.504	5.634	8.138
Outros empréstimos	-	-	-	34	-	34
Moeda estrangeira						
HSBC - Linha 4131	57.422	54.587	112.009	-	-	-
Itaú - Linha 4131	40.589	110.025	150.614	-	-	-
Total	<u>109.399</u>	<u>201.820</u>	<u>311.219</u>	<u>10.811</u>	<u>44.694</u>	<u>55.505</u>

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	5.572	16.364	21.936	4.981	22.416	27.397
HSBC - Capital de giro	13.471	17.083	30.554	12.034	31.774	43.808
Santander - Capital de giro	4.515	28.719	33.234	3.957	29.350	33.307
Itaú - Capital de giro	-	-	-	4.626	10.880	15.506
Caixa Geral - Capital de giro	2.517	3.125	5.642	2.504	5.634	8.138
Outros empréstimos	106	360	466	386	476	862
Moeda estrangeira						
HSBC - Linha 4131	57.422	54.587	112.009	-	-	-
Itaú - Linha 4131	40.589	110.025	150.614	-	-	-
Total	124.192	230.263	354.455	28.488	100.530	129.018

As principais condições estabelecidas em contrato são como segue:

		Controladora			
		Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Garantias					
Capital de giro moeda nacional	40% dos recebíveis de alunos	2,00% a 2,20%	CDI	22/10/2010	29/05/2023
Capital de giro moeda estrangeira	100% dos valores depositados na conta vinculada ao empréstimo e Nota Promissória	2,55% a 3,89%	USD(*)	30/04/2015	26/08/2020
		Consolidado			
		Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de Término
Garantias					
Capital de giro moeda nacional	20% a 40% dos recebíveis de alunos	1,80% a 2,20%	CDI	22/10/2010	29/05/2023
FINAME	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,50% a 5,50%	-	23/03/2011	15/12/2023
Capital de giro moeda estrangeira	100% dos valores depositados na conta vinculada ao empréstimo e Nota Promissória	2,55% a 3,89%	USD(*)	30/04/2015	26/08/2020

(*) A Sociedade gerencia seu risco de volatilidade cambial através de instrumentos de SWAP, conforme descrito na nota 31.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indexadores dos empréstimos captados para capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 0,5% a.a. a 2,40% a.a..

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas. Em garantia foram oferecidas as mensalidades a receber e aval cruzado entre as empresas do grupo.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) definidas contratualmente, em 31 de dezembro de 2015, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	$\geq 1,0$
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	$\leq 2,50$
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	$\geq 1,3$

- (i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante.
- (ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa.
- (iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade e suas controladas atenderam todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015		31/12/2015	
	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal
2017	95.194	120.840	109.635	138.671
2018	35.513	45.313	43.839	55.030
2019	33.816	40.269	39.315	46.220
Após 2019	37.297	55.905	37.474	56.094
Total	201.820	262.327	230.263	296.015

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014		31/12/2014	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2016	10.777	13.835	30.509	39.280
2017	10.777	13.447	30.388	36.297
2018	5.662	8.193	15.956	17.705
Após 2018	17.478	36.529	23.677	42.604
Total	44.694	72.004	100.530	135.886

Ao longo de 2015, a Sociedade contratou empréstimos em dólares norte-americanos junto ao Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch e ao HSBC Bank Brasil S.A Banco Multiplo, Grand Cayman Branch. Adicionalmente, visando mitigar o impacto da variação cambial em seu resultado, a Sociedade contratou um swap de fluxo de caixa junto ao Banco Itaú S.A e ao HSBC Bank Brasil S.A..

Os recursos serão utilizados para o fortalecimento do caixa e manutenção do plano de expansão da Sociedade.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários	1.364	1.378	16.081	15.870
Provisão de férias	2.734	2.545	16.590	16.688
INSS	545	475	7.784	7.291
FGTS	192	147	2.647	2.226
Remuneração variável	2.199	4.063	2.707	4.708
Outros	63	3	549	109
Total	7.097	8.611	46.358	46.892

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do período nas rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	688	626	8.121	7.771
ISS	15	12	1.706	1.608
PIS e COFINS	188	65	719	475
Outros	10	26	144	258
Total	901	729	10.690	10.112

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos de alunos (a)	13.085	13.352
Faturamento antecipado de clientes (b)	3.827	4.879
Projetos de pesquisa (c)	3.563	6.185
Assinantes para entrega futura	547	1.759
Outros	20	23
Total	21.042	26.198
Passivo Circulante	21.042	26.197
Passivo Não Circulante	-	1

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de aproximadamente 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.
- (c) Referem-se a recursos provenientes de convênios firmados entre empresas governamentais e a MGE, UNIMONTE e IMEC para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
FAPEMIG	1.725	3.187
CEMIG	1.229	2.452
Embaixada Britânica	405	405
Petrocoque	151	91
Settaport	50	50
Outros	3	-
Total Geral	3.563	6.185

20. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
FGTS (a)	2.847	3.113
RFB - PIS folha (b)	685	-
ISS	35	117
Total	3.567	3.230
Passivo circulante	180	85
Passivo não circulante	3.387	3.145

- (a) Parcelamento FGTS - Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Unimonte negociou débitos atrasados de FGTS, com prazo de 130 meses, a serem pagos em parcelas mensais e consecutivas atualizadas com base na Taxa Referencial - TR, acrescida do percentual de 3% ao ano. A partir de julho de 2015 a Unimonte passou a recolher os valores remanescentes através de depósito judicial, uma vez que a controlada esta aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2009, a controlada IMEC assumiu a dívida de parcelamento do FGTS da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, junto à Caixa Econômica Federal.

- (b) Parcelamento RFB - Em agosto de 2015, a controlada Unimonte parcelou débitos de Pis sobre folha de pagamento referente ao exercício de 2004. Estes valores estavam contingenciados.

O cronograma de pagamento do montante registrado no passivo não circulante é como segue:

	Cronograma de Pagamentos 31/12/2015
2017	172
2018	390
2019	390
Após 2019	2.435
Total	3.387

21. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aquisição de ações da BR				
Educação	-	5.846	-	5.846
Aquisição da licença da UNIPAC				
Betim	-	-	-	183
Total	-	5.846	-	6.029

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração acompanha o andamento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para que todos os processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas (a)	42	32	10.699	8.628
Tributárias (b)	-	-	10.264	3.906
Cíveis (c)	-	-	6.952	7.540
Total	42	32	27.915	20.074

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões trabalhistas (a)	2.328	2.361	43.844	49.171
Provisões tributárias (b)	-	-	200	1.269
Provisões cíveis (c)	-	-	2.048	2.925
Total	2.328	2.361	46.092	53.365

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2014	Adições/ Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2015
Trabalhista (a)	2.361	(149)	(52)	168	2.328
Total	2.361	(149)	(52)	168	2.328

	31/12/2013	Adições / Reversão	Reclassi- ficação	Pagamen- tos	Transfe- rência	Atualização	31/12/2014
Trabalhistas (a)	1.925	236	-	(2)	-	202	2.361
Tributárias (b)	1.439	(369)	98	(73)	(1.179)	84	-
Total	3.364	(133)	98	(75)	(1.179)	286	2.361

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2014	Adições/ Reversão	Pagamentos	Atualização	Compen- sação	Reclassificação (d)	31/12/2015
Trabalhistas (a)	49.171	(2.503)	(6.549)	2.446	-	1.279	43.844
Tributárias (b)	1.269	5.975	(1.720)	-	(3.788)	(1.536)	200
Cíveis (c)	2.925	1.200	(2.133)	-	-	56	2.048
Total	53.365	4.672	(10.402)	2.446	(3.788)	(201)	46.092

	31/12/2013	Adições / Reversões	Transfe- rência	Paga- mentos	Atualização	Reclas- sificação	Compensação depósitos judiciais	Acervo Líquido	31/12/2014
Trabalhistas (a)	40.635	8.245	-	(4.490)	2.138	1.450	(257)	1.450	49.171
Tributárias (b)	9.167	(448)	(4.521)	(5.221)	496	981	-	815	1.269
Cíveis (c)	3.848	1.169	-	(2.102)	2	-	(1.356)	1.364	2.925
Total	53.650	8.966	(4.521)	(11.813)	2.636	2.431	(1.613)	3.629	53.365

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Em outubro de 2015 a controlada Unimonte optou em quitar débitos previdenciários contingenciados, nos termos da MP 685/2015, onde foi permitida a quitação de 70% do saldo dos débitos junto ao INSS com Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2013 próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, recolhendo 30% do saldo da dívida em espécie. Os ganhos decorrentes dessa quitação estão refletidos na conta de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado da Sociedade demonstrados na Nota 11.2 b.
- (c) As provisões cíveis referem-se principalmente a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações dentre outras.
- (d) As reclassificações referem-se principalmente ao parcelamento RFB - onde a controlada Unimonte parcelou débitos de Pis sobre folha de pagamento referente ao exercício de 2004.

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos de perda são possíveis, conforme abaixo, nas quais se destacam discussões nas esferas administrativas e judiciais relativas a interpretações da legislação sobre imunidade tributária de controladas em períodos anteriores às suas alterações para entidades com fins lucrativos.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	12.836	8.332
Tributária	81.723	82.362
Cíveis	18.059	12.735
Total	<u>112.618</u>	<u>103.429</u>

Os processos trabalhistas cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

Os processos tributários cujo risco de perda é possível, referem-se principalmente a ações relacionadas à cobrança de contribuições tributárias no valor de R\$77.015, do período em que as controladas Una e Unimonte eram empresas sem fins lucrativos e usufruíam de imunidade tributária. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda para essas cobranças é possível. Os demais processos no valor de R\$4.708 referem-se a discussões nas

esferas administrativas e judiciais relativas a interpretações da legislação e a adequação nos valores de perdas possíveis apontadas na controlada São Judas após a aquisição.

Os processos cíveis cujo risco de perda é possível referem-se principalmente a:

- Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte, pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Unimonte pelo Ministério da Educação (“MEC”) no valor de R\$776 (R\$670 em 31 de dezembro de 2014). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, e a Sociedade demonstrou, tempestivamente, esse fato em parte dessas ações, minimizando o risco de perda nas mesmas.
- Ações movidas por ex-alunos de graduação de educação física no valor de R\$4.781 (R\$1.411 em 31 de dezembro de 2014) em função dos impactos que estes sofreram com o encerramento do curso por parte da controlada Unimonte. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda é possível devido a ela ter prestado aos ex-alunos a assistência necessária quando da transferência destes para outra instituição de ensino.
- Processos de naturezas diversas no valor de R\$4.346 (R\$4.525 em 31 de dezembro de 2014), relacionados com a discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula e cláusula indenizatória. Os demais processos cíveis no valor de R\$8.156 referente a discordância de correção de aluguel e terceiros.

Os assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Os depósitos judiciais, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	31/12/2014	Adições	Atualização	31/12/2015
Trabalhista	32	7	3	42
Total	32	7	3	42

	31/12/2013	Atualização	31/12/2014
Trabalhista	30	2	32
Total	30	2	32

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização	Realocação	Provisão Contingência	31/12/2015
Trabalhistas	8.628	3.050	(408)	1.012	3	(1.586)	10.699
Tributárias	3.906	5.513	-	845	-	-	10.264
Cíveis	7.540	1.175	(1.184)	444	(3)	(1.020)	6.952
Total	20.074	9.738	(1.592)	2.301	-	(2.606)	27.915

	31/12/2013	Adições	Baixas	Compensação Contingência	Atualização	Acervo Líquido	31/12/2014
Trabalhistas	5.578	6.557	(3.809)	(256)	558	-	8.628
Tributárias	707	3.046	-	-	153	-	3.906
Cíveis	7.051	2.817	(1.289)	(1.357)	43	275	7.540
Total	13.336	12.420	(5.098)	(1.613)	754	275	20.074

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é composto por 82.866.371 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$496.411, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2015	31/12/2014
Total de ações em circulação	82.592.482	82.865.891
Ações em tesouraria	273.889	480
Total geral de ações	82.866.371	82.866.371

(b) Reservas de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registrado o valor de R\$ 110 (R\$40 em 31 de dezembro de 2013) como remuneração baseada em ações, cuja contrapartida encontra-se registrada na rubrica de “Despesas com pessoal”.

Em 04 de junho de 2014 o valor de R\$147 registrado como remuneração baseada em ações foi liquidado com a entrega de ações existentes em tesouraria.

Em 28 de outubro de 2013 a Sociedade iniciou a sua participação no mercado de ações, pela BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. Para o aumento de capital da Sociedade por meio de emissão de ações, foram gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$586 como complemento do custo de captação na emissão de títulos patrimoniais.

Em 10 de fevereiro de 2015, foram transferidas 91 ações no valor histórico de R\$1, registradas como remuneração baseada em ações e liquidadas com a entrega de ações existentes em tesouraria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo da reserva de capital é de R\$1.231 (R\$1.232 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Ações em tesouraria

Em 16 de abril de 2014 a Sociedade recomprou 7.000 ações ordinárias, no montante de R\$158, a um custo médio de R\$ 21,61 reais, a fim de dar cumprimento ao Plano de Incentivo oferecido aos colaboradores da Sociedade no momento da abertura de capital da Sociedade, que consistia em bonificar o colaborador mediante recebimento de ações adicionais no montante de 20% do saldo de ações adquiridas e mantidas pelo prazo de 180 dias.

Em 04 de junho de 2014 a Sociedade efetuou a transferência de 6.520 ações, no valor de R\$147, existentes em tesouraria para os beneficiários do Plano de Incentivo.

Em 10 de fevereiro de 2015, foram transferidas 91 ações no valor histórico de R\$1, registradas como remuneração baseada em ações e liquidadas com a entrega de ações existentes em tesouraria.

Durante os meses de novembro e dezembro de 2015 a Sociedade recomprou 273.500 ações ordinárias no montante de R\$3.139 a um custo médio de R\$11,48 reais, com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 02 de outubro de 2015. Como demonstrado abaixo:

Data	Controladora		
	Quantidades	Preço Médio	Valor
23/11/2015	900	11,11	10
24/11/2015	115.300	11,58	1.335
28/12/2015	75.300	11,27	849
29/12/2015	24.600	11,42	281
30/12/2015	57.400	11,57	664
Total Recompra	273.500	11,48	3.139

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de ações em tesouraria é de 273.889 ações ordinárias no montante de R\$ 3.149 (480 ações ordinárias no montante de R\$ 11 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Ajuste de avaliação patrimonialEfeito em transações de capital

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Em dezembro de 2014 a controlada BR Educação adquiriu as ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores que exerceram o seu direito de opção de venda. O valor referente a participação dos minoritários no montante de R\$12.038 e que estava destacado no balanço foi transferido para esta rubrica.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o saldo em transação de capital é de R\$69.566.

(e) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade possui R\$13.378 registrado na rubrica “Reserva legal”.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresenta o valor de R\$203.813 na rubrica “Reserva de retenção de lucros”.

(f) Dividendos

Conforme o Estatuto Social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a título de dividendos mínimos obrigatórios a Sociedade registrou o montante de R\$15.248, a serem confirmados por deliberação pela Assembléia Geral dos Acionistas.

(g) Lucro por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício	64.203	164.897
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	82.853	82.866
Lucro básico por ação ordinária - R\$	0,78	1,99

(ii) Lucro diluído por ação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve efeito dilutivo pois, a Sociedade não apresenta nenhuma categoria de ações ordinárias com potencial dilutivo para se apurar o lucro por ação.

24. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT passaram a oferecer bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

25. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, comparativo com 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de serviços prestados	2.534	2.924	825.484	607.956
Receita FIES	-	-	376.939	298.401
Descontos em mensalidades	-	-	(318.109)	(194.546)
Impostos sobre faturamento (a)	(216)	(253)	(19.886)	(18.305)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(7.808)	-
Receita líquida	<u>2.318</u>	<u>2.671</u>	<u>856.620</u>	<u>693.506</u>

(a) Refere-se aos impostos PIS, COFINS, ISS e INSS incidentes sobre faturamento.

Os descontos em mensalidade são compostos principalmente por descontos concedidos pelas controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Gratuidade PROUNI	(168.950)	(95.702)
Bolsas e descontos concedidos	(116.856)	(71.280)
Pós-graduação	(6.772)	(8.923)
Convênios com empresas	(5.051)	(4.369)
Devoluções, abatimentos e outros	(20.480)	(14.272)
Total	<u>(318.109)</u>	<u>(194.546)</u>

26. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Propaganda e publicidade	(1.054)	(448)	(28.413)	(24.605)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8)	-	-	(38.352)	(18.733)
Impostos e taxas	(527)	(284)	(3.084)	(2.229)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	(19)	(153)	(9.724)	(11.602)
Outras receitas operacionais	2.469	7.460	4.556	11.210
Receita com aluguel de salas e lojas	-	-	2.257	2.585
Despesas com pessoal (a)	(8.424)	(15.248)	(454.384)	(344.918)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(3.409)	(3.718)	(40.286)	(44.520)
Despesas com aluguel e ocupação	(440)	(456)	(73.358)	(54.088)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(651)	(551)	(17.756)	(13.568)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 14)	(2.445)	(1.253)	(10.106)	(7.586)
Manutenção	(30)	(49)	(8.751)	(5.771)
Deslocamentos	(871)	(1.224)	(5.489)	(5.779)
Distrato Whitney (c)	(53.658)	-	(53.658)	-
Outras despesas	(48)	(389)	(50.401)	(52.340)
Total	<u>(69.107)</u>	<u>(16.313)</u>	<u>(786.949)</u>	<u>(571.944)</u>
Classificadas como:				
Custo	(15.370)	(21.227)	(492.616)	(371.044)
Despesas comerciais	(1.053)	(448)	(66.765)	(43.338)
Despesas gerais e administrativas	(54.608)	(1.660)	(221.573)	(157.524)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	1.924	7.022	(5.995)	(38)

- (a) O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.
- (b) O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.
- (c) Refere-se à uma despesa não recorrente oriunda do distrato junto a Whitney do Brasil Holding Ltda. conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos, ocupação e outras.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- (a) Ensino Superior - Atividade atrelada às empresas MGE, IMEC, UNA, Unimonte e USJT, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.
- (b) Vertical de Gestão - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil e PGP Educação focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company* e publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios.

A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

	31/12/2015			
	Consolidado			
	Ensino Superior	Vertical Gestão	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	824.141	32.479	-	856.620
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(471.240)	(21.376)	-	(492.616)
LUCRO BRUTO	352.901	11.103	-	364.004
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(60.974)	(4.431)	-	(65.405)
Gerais e administrativas	(97.503)	(18.527)	(53.729)	(169.759)
Corporativo	-	-	(54.302)	(54.302)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.494)	(372)	(1)	(4.867)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	189.930	(12.227)	(108.032)	69.671
Resultado financeiro	576	(1.046)	8	(462)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(10.740)	(10.740)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	190.506	(13.273)	(118.764)	58.469
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.895	51	3.788	5.734
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	192.401	(13.222)	(114.976)	64.203

	31/12/2014			
	Consolidado			
	Ensino Superior	Vertical Gestão	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	647.789	45.717	-	693.506
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(346.936)	(24.108)	-	(371.044)
LUCRO BRUTO	300.853	21.609	-	322.462
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(37.466)	(5.424)	-	(42.890)
Gerais e administrativas	(72.142)	(25.858)	(1)	(98.001)
Corporativo	-	-	(55.120)	(55.120)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.613)	(275)	(1)	(4.889)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	186.632	(9.948)	(55.122)	121.562
Resultado financeiro	5.081	(1.310)	6	3.777
Resultado financeiro corporativo	-	-	12.725	12.725
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	191.713	(11.258)	(42.391)	138.064
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	11.879	74	9.077	21.030
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	203.592	(11.184)	(33.314)	159.094
Participação dos acionistas não controladores	-	5.803	-	5.803
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	203.592	(5.381)	(33.314)	164.897

A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC, exceto pelo valor de R\$53.658 relativo ao distrato da Whitney, conforme informado na Nota 1, o qual foi registrado na linha de Despesas Gerais e Administrativas no segundo trimestre de 2015.

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com juros de mensalidades	-	-	8.272	7.557
Receita com derivativos	22.818	-	24.814	-
Receita com aplicações financeiras	10.273	22.136	15.466	36.326
Receita com mútuos	-	1.113	-	-
Correção monetária/reversão	253	18	3.591	1.204
Variações cambiais ativas	1.251	-	1.315	-
Desconto obtido	150	-	1.667	-
Outros	-	13	38	620
Total	34.745	23.280	55.163	45.707
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa de juros com empréstimos	(21.386)	(7.352)	(29.994)	(17.664)
Variação cambial de empréstimo	(22.818)	-	(23.487)	-
Despesa de juros com tributos	(27)	(201)	(348)	(3.076)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(2.584)	(2.289)
IOF	(190)	(121)	(410)	(207)
Juros de Financiamento Pravalier	-	-	(5.629)	(2.635)
Despesa Bancária	(873)	(8)	(1.082)	(95)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(166)	(1.881)	(183)	(1.978)
Outros	(25)	(23)	(2.648)	(1.261)
Total	(45.485)	(9.586)	(66.365)	(29.205)
Resultado financeiro	(10.740)	13.694	(11.202)	16.502

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável - O programa Compostella, criado em 2008, com objetivo de oferecer a oportunidade de participação em um processo de remuneração variável, abrange a liderança da Sociedade e de suas controladas MGE, IMEC e Unimonte. O Compostella consiste no pagamento de uma remuneração adicional, apuradas semestral ou anualmente, desde que a instituição realize suas metas globais e cada gestor realize sua meta individual. As remunerações variáveis anuais propostas no caso do atingimento integral das metas pode variar entre o equivalente a 2 e 7 salários mensais, de acordo com o nível hierárquico e são admitidos atingimentos parciais das metas dentro de critérios definidos previamente, com o pagamento parcial das remunerações propostas. A Sociedade e suas controladas realizam provisão mensal para fazer frente a essas despesas. Os valores pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$5.068 (R\$4.741 em 31 de dezembro de 2014).

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação aos colaboradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram gastos com esse benefício R\$7.160 (R\$6.200 em 31 de dezembro de 2014).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC, Unimonte, HSM e USJT oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores, conforme critérios definidos em sua política. O plano adotado, oferecido por empresa especializada contratada, possui o regime de coparticipação, na maior parte dos casos, onde o colaborador contribui com uma parcela fixa para a utilização dos procedimentos médicos cobertos pelo contrato. A responsabilidade da Sociedade e suas controladas se limitam ao pagamento das obrigações mensais de acordo com o contrato de prestação de serviço com a operadora de saúde, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$5.442 (R\$3.843 em 31 de dezembro de 2014).

Bolsa de estudo - A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 70% a 90% de acordo com a faixa salarial, em todos os cursos de graduação tecnológica e bacharelados da MGE e IMEC. Essas bolsas podem chegar a 100% dependendo do rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal. Os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Anima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Os colaboradores graduados também recebem bolsa de 50% nos cursos de pós-graduação. Na Unimonte as bolsas são de 100% para o colaborador, de acordo com as regras da convenção coletiva local. A USJT oferece até duas bolsas de estudos de 100% por colaborador e seus dependentes, no caso de reprovação a bolsa altera para 50% e, havendo aprovação, 100% a partir do ano seguinte; oferece também bolsa de 30% para demais familiares (Comunidade Anima). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram disponibilizados R\$17.275 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$12.511 em 31 de dezembro de 2014).

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações foram contraídos entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundos de operações de compra de serviços e operações de contratos de mútuo. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

	Controladora		
	31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado
	Contas a receber	Fornecedores	Receitas
MGE	3.278	476	1.882
IMEC	2.260	248	-
AMC	1.753	83	-
Unimonte	844	235	651
HSM Brasil	77	-	-
Outros	68	69	-
Total	8.280	1.111	2.533

	Controladora			
	31/12/2014			
	Ativo		Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Receitas	Receitas financeiras
MGE	4.685	197	1.772	-
IMEC	3.240	246	-	-
Unimonte	1.065	283	613	-
HSM Brasil	23	-	404	1.113
PGP Educação	6	-	135	-
Outros	69	-	-	-
Total	9.088	726	2.924	1.113

	Consolidado					
	31/12/2015				31/12/2014	
	Ativo		Passivo		Passivo	Resultado
	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Despesas	Fornecedores	Despesas
RNE Gestão Patrimonial	-	-	-	-	160	198
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (a)	-	-	270	3.178	249	2.950
Instituto UNA	32	12	-	-	-	-
Virtual	36	-	-	-	-	-
Total	68	12	270	3.178	409	3.148

(a) Refere-se ao aluguel do Campus Aimorés utilizado pela MGE.

30.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade e a remuneração recebida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo	4.344	4.229	11.777	10.875

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

31.1. Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez - é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Sociedade e suas controladas gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16)	124.192	153.474	76.789	354.455
Derivativos	(12.093)	(2.131)	(8.594)	(22.818)
Fornecedores (nota explicativa nº 15)	19.606	-	-	19.606
Em 31 de dezembro de 2014:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16)	28.488	60.897	39.633	129.018
Fornecedores (nota explicativa nº 15)	16.557	-	-	16.557
Títulos a pagar (nota explicativa nº 21)	6.029	-	-	6.029

- (b) Risco de crédito - É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Portanto, a Sociedade e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.411	3.304	25.480	15.867
Aplicações financeiras	7	153.482	35.185	159.058	119.993
Contas a receber	8	8.280	9.088	289.252	157.187
Adiantamentos diversos	9	671	6.456	21.984	27.361
Créditos com partes relacionadas	30	-	-	12	-
Total		<u>163.844</u>	<u>54.033</u>	<u>495.786</u>	<u>320.408</u>

(c) Risco de mercado - é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

(i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controlada utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração

Neste cenário a controlada HSM mantém operações de “compra” de moeda à termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, cujo objetivo de proteção refere-se a contratações de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis.

A Sociedade realiza operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um SWAP para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Essas operações de derivativos são contabilizados no balanço da Sociedade pelo seu valor justo e os ganhos ou as perdas relacionados são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

As operações de derivativos foram contratadas junto ao banco Itaú Unibanco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., nos seguintes montantes e condições:

Controladora						
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$ mil)	Taxa contratada	Taxa SWAP
29/04/2015	25/04/2016	10.187	2,9450	7.468	2,550% a.a.	CDI + 1,80% a.a.
31/07/2015	25/07/2016	9.024	3,3243	3.819	2,868% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
26/08/2015	26/08/2020	28.089	3,5600	8.594	2,788% a.a.	CDI + 2,40% a.a.
28/08/2015	22/08/2016	5.519	3,6250	806	2,808% a.a.	CDI + 0,50% a.a.
28/08/2015	17/08/2017	13.793	3,6250	2.131	3,893% a.a.	CDI + 1,00% a.a.
Total		<u>66.612</u>		<u>22.818</u>		
Ativo Circulante				12.093		
Ativo não Circulante				10.725		

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações do valor justo foram registradas na rubrica “receitas financeiras” no montante de R\$22.818 em contrapartida à rubrica “derivativos”.

A Administração da Sociedade mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados.

- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem contratos firmados de proteção contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Bancário - CDI	16	353.989	128.156
Derivativos		(22.818)	-
Outros (i)		466	862
Títulos a pagar:			
Índice Geral de Preço Médio - IGP-M	21	-	183
Certificado de Depósito Bancário - CDI		-	5.846
Total		<u>331.637</u>	<u>135.047</u>

- (i) Empréstimos e financiamentos lastreados pela TJLP e SELIC.

31.2. Gestão de capital

A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que estas empresas e ela própria possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A Sociedade e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre a sua dívida.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	16	311.219	55.505	354.455	129.018
Derivativos	31.1	(22.818)	-	(22.818)	-
Caixa e equivalentes de caixa	7	(1.411)	(3.304)	(25.480)	(15.867)
Aplicações financeiras	7	(153.482)	(35.185)	(159.058)	(119.993)
Dívida (caixa) líquido		<u>133.508</u>	<u>17.016</u>	<u>147.099</u>	<u>(6.842)</u>
Patrimônio líquido	23	642.118	596.302	642.118	596.302
Índice de alavancagem financeira		<u>20,79%</u>	<u>2,85%</u>	<u>22,91%</u>	<u>(1,15%)</u>

31.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 15), posteriormente trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada período, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de captação. A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 16,15% (13,88% em 31 de dezembro de 2014).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
		31/12/2015		31/12/2014	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos e financiamentos	16	288.301	311.219	55.363	55.505
Derivativos	31.1	(22.818)	(22.818)	-	-
Títulos a pagar	21	-	-	5.896	5.846
Total		<u>265.483</u>	<u>288.401</u>	<u>61.259</u>	<u>61.351</u>

		Consolidado			
		31/12/2015		31/12/2014	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos e financiamentos	16	331.177	354.455	127.981	129.018
Derivativos	31.1	(22.818)	(22.818)	-	-
Títulos a pagar	21	-	-	6.079	6.029
Total		<u>308.359</u>	<u>331.637</u>	<u>134.060</u>	<u>135.047</u>

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar.

31.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber de clientes					
Contrapartes sem classificação externa de crédito		8.280	9.088	289.252	157.187
		<u>8.280</u>	<u>9.088</u>	<u>289.252</u>	<u>157.187</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA					
	30	1.283		1.682	2.187
Aplicações financeiras (i) AAA		154.859	37.202	182.766	133.542
		<u>154.889</u>	<u>38.485</u>	<u>184.448</u>	<u>135.729</u>

(i) “Rating nacional” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

O Saldo residual da rubrica “caixa e equivalentes a caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

32. ANALISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário provável (indexador utilizado: CDI - 14,13%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

			Controladora			
			31/12/2015			
			Efeito no resultado			
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Indexador	Risco	Valor				
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(154.859)	(21.882)	(27.352)	(32.822)
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	48.596	6.867	8.583	10.300
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	262.623	37.109	46.386	55.663
Derivativos	CDI	Alta do CDI	(22.818)	(3.224)	(4.030)	(4.836)
Exposição líquida - perda			<u>133.542</u>	<u>18.870</u>	<u>23.587</u>	<u>28.305</u>

			Consolidado			
			31/12/2015			
			Efeito no resultado			
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Indexador	Risco	Valor				
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(182.766)	(25.825)	(19.369)	(12.912)
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	91.832	12.976	16.220	19.464
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	262.623	37.109	46.386	55.663
Derivativos	CDI	Alta do CDI	(22.818)	(3.224)	(4.030)	(4.836)
Exposição líquida - perda			<u>148.871</u>	<u>21.036</u>	<u>39.207</u>	<u>57.379</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta do CDI”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos mais empréstimos do que aplicações.

A Sociedade e suas controladas adotaram como critério, para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o efeito de juros a incorrer nos próximos 12 meses.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

A taxa utilizada nas projeções descritas acima foi baseada na estimativa de CDI divulgada pela Anbima, considerada pela administração como uma fonte externa independente e confiável.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a administração da sociedade contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para minimizar os impactos da variação cambial.

33. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotados, devida a sua natureza, não fazem parte o escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

A Sociedade e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas como terceiros:

Consolidado	
	31/12/2015
Seguro patrimonial	123.486
Responsabilidade cível	5.250
	<u>128.736</u>

34. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é necessário que seja avaliada a transação abaixo descrita que não afetou o caixa:

- (a) Em 10 de fevereiro de 2015 o valor de R\$1 registrado como remuneração baseada em ações foi liquidado com a entrega de parte das ações existentes em tesouraria.
- (b) Em agosto de 2015, a controlada Unimonte parcelou R\$715 referente a débitos de Pis sobre folha de pagamento, do exercício 2004. Estes valores estavam contingenciados e foram transferidos para as contas de parcelamento, no passivo circulante R\$145 e R\$570 no passivo não circulante.
- (c) A Sociedade constituiu crédito tributário com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados, declarados até 31 de dezembro de 2013 e realizou aumento de capital com tais créditos em sua controlada Unimonte. O valor constituído foi de R\$3.788 conforme descrito na nota explicativa nº 11. A controlada Unimonte utilizou o crédito tributário para

quitar débitos previdenciários junto ao INSS, conforme descrito na nota explicativa nº 22. O crédito tributário corresponde a 70% do saldo do litígio conforme descrito na nota explicativa supracitada.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Aquisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina “Sociesc”

Em 18 de dezembro de 2015, a Sociedade através de sua controlada PGP Educação S.A. celebrou Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da Sociesc e outras avenças, que resultará na titularidade de todos os direitos sobre a Sociedade Educacional de Santa Catarina (“Sociesc”), uma das maiores referências de ensino de qualidade na região sul do país com cerca de 15,6 mil alunos, em cursos presenciais de educação superior, pós-graduação, ensino fundamental, ensino médio e modalidade à distância. A transação efetivou-se em 1º de fevereiro de 2016, após a aprovação do CADE (Conselho de Administração de Defesa Econômica).

35.2. Contrapartida transferida

Pelo negócio jurídico a Sociedade desembolsará R\$52.500 a ser liquidado em 180 parcelas mensais iguais e sucessivas, corrigidas anualmente pelo INPC a partir da data de fechamento do negócio (1º de Fevereiro de 2016, após a aprovação do CADE), com vencimento no 10º dia de cada mês.

35.3. Ativos adquiridos, passivos reconhecidos e ágio na aquisição

Exceto pelos valores descritos abaixo a Sociedade e seus consultores ainda não finalizaram a apuração dos demais ativos e passivos a valor justo e consequentemente eventual ágio decorrente da transação.

- (i) Assunção de dívida líquida junto aos bancos de R\$30.000. Caso a dívida alcance valores inferiores ou superiores ao estimado, será feito um ajuste ao valor da transação;
- (ii) Contrato de aluguel dos primeiros 15 anos dos campi de Joinville no valor de R\$97.500, na qual a Ânima se dispôs a antecipar, nas primeiras 6 parcelas, o valor de 50% do aluguel das 48 parcelas subsequentes, no montante de R\$13.000;
- (iii) Assunção de certas contingências, riscos relativos a discussão acerca de lançamentos fiscais da Sociesc, e o imóvel que abriga o Campus Curitiba que garante judicialmente tais discussões fiscais.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 4 de março de 2016.

DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO
Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora
CRC/MG 088.391/O-8